

CIDADANIA VIVA!

As candidaturas do Bloco de Esquerda juntam forças por uma nova agenda autárquica – Direitos de Cidadania, Coesão Social e Territorial, Resposta aos Novos Desafios Ambientais.

1. Introdução

A elevada polarização demográfica concentra uma grande complexidade de problemas urbanos e sociais. O modelo de crescimento na região raramente reconheceu a função social dos espaços urbanos.

A suburbanização imperou, a par de um planeamento que serviu frequentemente interesses especulativos. Direitos elementares de cidadania, como o acesso à habitação, à mobilidade, à cultura, a bens e serviços essenciais, a preservação ambiental, foram condicionados por lógicas mercantilistas que presidiram às principais Câmaras, nalguns casos envolvendo clientelismo e sujeição a interesses privados.

Num vasto território interior da região, que se encontra em perda populacional acelerada e está a ser diminuído na sua capacidade de desenvolvimento, o encerramento de serviços e a quase inexistência de investimento público dificultam a criação de emprego, a fixação dos mais jovens e originam mais despovoamento.

O Bloco responsabiliza, em primeiro plano, uma administração do território centralista e a ausência de níveis supramunicipais democraticamente legitimados por eleições diretas, pelas desigualdades e os desequilíbrios territoriais, pelos desfasamentos urbano-rural.

Os partidos que têm estado nos governos locais não têm sido capazes de definir uma estratégia de desenvolvimento regional e local. Não perceberam que uma visão meramente municipalista impede políticas de planeamento e de coesão eficazes e sustentáveis. Tiveram como preocupação primeira o estabelecimento de redes de influência local para consolidação dos respetivos poderes partidários e do eleitorado.

Após o ciclo da construção de algumas infraestruturas, da elaboração de PDM's desajustados das realidades demográficas e da captação de fundos europeus com aplicações duvidosas, o horizonte programático de PS e PSD secou.

As divergências internas já não podem ser programáticas, de projeto político, porque, com a contração das disponibilidades dos orçamentos municipais, os projetos ao alcance dos objetivos do PSD e do PS esgotaram-se. Agora as diferenças são essencialmente pessoais, resumem-se à disputa de lugares que lhes garantam rede de influência e clientela. As fraturas internas proliferam e lançam o caos em várias candidaturas concelhias.

Os municípios e freguesias do distrito de Braga precisam de um novo ciclo autárquico que deixe de ter como critério o da quantidade de betão que contrata, mas o da satisfação dos direitos das pessoas, dos indicadores de diminuição de desigualdades sociais e da pobreza, da sustentabilidade ambiental, da participação cidadã nas decisões e na vida da comunidade, seja através da democracia representativa, seja através da democracia direta e associativa.

Exigimos direitos de cidadania, territórios inclusivos e ambientalmente sustentáveis, democracia ampla e descentralização, combate às assimetrias territoriais e desigualdades sociais. São no conjunto os traços principais de uma nova agenda autárquica, os quais constituem os desafios que mobilizam as candidaturas autárquicas do Bloco no distrito de Braga.

2. Nova agenda autárquica

Um novo ciclo autárquico tem de concentrar o investimento nas pessoas. Em cada candidatura autárquica do Bloco é preciso lutar por governos e representantes eleitos nas cidades, vilas e aldeias que cumpram o que deve ser a sua função de defesa do interesse público das comunidades e cidadãos/cidadãs.

Trata-se agora de construir, com propostas concretas, a chamada cidade invisível, mas absolutamente essencial. Lutar por cidades, vilas e aldeias participativas, que sejam capazes de gerar o sentimento de pertença e de segurança a todos os seus habitantes, com prioridade para o direito à cidadania e usufruto de espaços públicos inclusivos, acessíveis, ecológicos e de qualidade, propiciadores de interação social, cultural, geracional e política, com reconhecimento das necessidades específicas e superação de vulnerabilidades.

Participação e transparência

Valorização dos processos de participação cidadã na decisão, realização de referendos locais; limitação ao recurso da contratação pública por ajuste direto; salvo casos excecionais, recusar a externalização do exercício das competências dos órgãos autárquicos, tantas vezes concretizadas por Parcerias Público Privadas, com uma diminuição de transparência e controlo democrático e aumento dos custos para as autarquias locais.

Habitação e Mobilidade

As autarquias devem ter papel importante no fornecimento de habitação básica e a custos controlados, com políticas articuladas com o Governo, contribuindo para resolver défices existentes nessa área.

A par das políticas de reabilitação e de qualificação dos alojamentos (em Portugal morre-se por frio), um dos centros vitais da ação municipal é o aumento da oferta pública de habitação. É preciso encontrar políticas que tornem a habitação acessível aos mais jovens.

As autarquias devem dar o maior relevo à concretização do direito à mobilidade, fornecendo transportes públicos adaptados à realidade dos seus territórios e populações, criando condições para o acesso aos serviços inclusive para quem reside na periferia, intervindo junto dos operadores para que seja garantida a qualidade dos serviços de transportes e tarifários acessíveis, promovendo infraestruturas e meios para a utilização de modos suaves.

Defender o ambiente e os espaços públicos

Não é admissível que alguém se arrogue o direito de poluir e contaminar bens e recursos comuns, seja qual for o argumento. As bacias do Cávado e do Ave têm sido martirizadas com focos de poluição que tardam em ser corrigidos. As autarquias têm de dar o exemplo decisivo na fiscalização e combate às fontes de poluição, na preservação de rios e florestas, da qualidade do ar e da água, nas medidas de descarbonização da economia e da sociedade.

Todos os municípios devem elaborar e operacionalizar estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas e de redução dos riscos de catástrofe, que tenham em conta um planeamento que diminua a necessidade das deslocações pendulares e o congestionamento do tráfego, por exemplo no que respeita à localização das grandes superfícies comerciais nas periferias, a definição de Zonas de Emissão Reduzida (ZER), preocupações sobre o conforto térmico e eficiência energética das habitações e equipamentos, mudança nas fontes de energia dos transportes diminuído radicalmente as emissões de CO₂.

Direitos sociais e laborais

Uma autarquia local com políticas de defesa dos direitos sociais não pode promover ou aceitar a promoção da precariedade laboral. Por isso, o Bloco traçará aqui mais uma linha vermelha, combatendo a contratação precária, a utilização de instrumentos como estágios ou CEI para a satisfação das suas necessidades permanentes de pessoal ou o recurso à subcontratação para a prossecução das suas atribuições.

De igual forma, o Bloco pugnará para que dos critérios de contratação pública resulte a recusa ou penalização do recurso a trabalho precário pelos concorrentes, recusando ainda no campo de concessão de subsídios a entidades privadas ou no campo da concessão de benefícios fiscais a sua atribuição a entidades que utilizem de forma abusiva o trabalho precário.

3. Descentralização e luta pela regionalização

O processo de descentralização tem de ser um instrumento para conferir mais capacidade de participação e de decisão às populações sobre as opções e os caminhos de desenvolvimento das regiões não podem ser circunscritos a um mero esquema de “municipalização” das responsabilidades e competências do Estado.

Da gestão das áreas protegidas até à gestão das escolas, passando pelo investimento público e fundos comunitários, a municipalização ou a transferência de competências para entidades não eleitas, como as CCDR e as CIM, parece ser a opção do “bloco central” que, desde o ex-ministro Relvas, persiste nesse caminho.

O Bloco tem inscrita a descentralização nas suas próprias origens fundacionais. No entanto, não é possível escamotear a realidade: cerca de 70% dos municípios portugueses têm menos de 30 mil habitantes. A escala, recursos e meios são insuficientes para novas competências municipais nas áreas da educação, saúde ou segurança social que devem estar a um nível supramunicipal, regional.

A entrega dessas funções a privados é a nova oportunidade que espreita. A descentralização para municípios e freguesias é possível e desejável, mas de acordo com os recursos disponíveis, nomeadamente financeiros. A democracia local não pode ficar refém de tamanha e excessiva concentração de poderes.

A solução para descentralizar é a regionalização, com órgãos eleitos diretamente pelas populações, assegurando a articulação, fortalecimento e autonomia dos poderes local e regional, e a participação cidadã.

Guimarães, 05 fevereiro 2017